

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município de Celorico da Beira**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de ativo líquido de 50.992.533,96 € e um total de fundos próprios de 12.646.027,20 €, incluindo um resultado líquido de 535.794,49 €), a Demonstração consolidada dos resultados do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas no parágrafo 6. abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das

estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

6. A análise da informação proveniente do Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC) e dos mapas de suporte das amortizações do Município permitiu identificar um número muito significativo de bens não valorizados e/ou não amortizados. Como tal, não é possível aferir sobre as asserções totalidade e valorização, pelo que não nos podemos pronunciar e não pronunciamos sobre os efeitos destas situações nos ativos, fundos próprios e resultados do exercício.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 6., as referidas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município de Celorico da Beira em 31 de dezembro de 2013 e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor das Autarquias Locais.

ÊNFASES

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1. Tal como referido na nota 9, alínea b) do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, o Município apresenta dívida em mora à "ADSE" no montante de 734.901,81 € em resultado do custo com despesas de saúde dos seus funcionários e a reembolsar àquele subsistema.

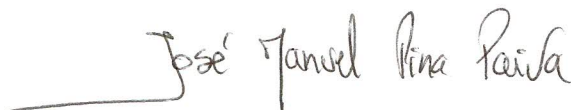
8.2. Nos termos do previsto no artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, se as condições da atividade da empresa Municipal não se alterarem de forma relevante, poderá estar sujeita a dissolução obrigatória, tal como referido na nota 9 b) do Anexo às Demonstrações Financeiras.

8.3. O Relatório de Gestão assume, no ponto 4 – Situação Financeira, que foi reservada uma verba de 1.300.000,00 € no plano de reequilíbrio financeiro com o intuito de estruturar a dívida da empresa Municipal EMCEL, situação que, aliada à intenção de reduzir a dependência desta relativamente ao Município, poderá contribuir para solver no curto prazo os seus compromissos, afastando o risco de existência de processos judiciais por parte dos credores conducentes à recuperação dos créditos.

8.4. A utilização de critérios homogêneos ao nível do cálculo e registo das amortizações e de depreciações implicou, tal como definido no ponto 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, que o imobilizado corpóreo tenha sofrido uma valorização, por contrapartida dos resultados transitados, de 273.338,02 € e que resultou da aplicação ao imobilizado da EMCEL das taxas de amortização e depreciação definidas na Portaria 671/2000, de 17 de abril.

Viseu, 18 de junho de 2014

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda., n.º 282,
Representada por José Manuel Pina Paiva, ROC n.º 1539